

# ARTESÃS E COOPERATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO INTERESSE NA AÇÃO COOPERADA NA ECONOMIA DO ARTESANATO NO MARANHÃO<sup>1</sup>

Luciany Fusco SERENO<sup>2</sup>  
Paulo Fernandes KELLER<sup>3</sup>

**RESUMO:** O trabalho faz uma análise sociológica da construção social do interesse das artesãs em participar de associações e/ou de cooperativas. Investigam-se ainda as principais vantagens e obstáculos que a ação cooperada enfrenta na economia do artesanato. O trabalho traz reflexões sobre a ação cooperada (a cooperação na produção familiar, na comunidade e na cooperativa) enquanto uma ação social econômica que se encontra na base da organização cooperativa. O estudo de caso foi realizado na cidade de Barreirinhas-MA junto a grupos de artesãs associadas e não associadas na Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP). A pesquisa mostra que a grande maioria das artesãs não participa da cooperativa devido a condições culturais (falta incentivos para estimular a cultura da cooperação) e condições socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outras artesãs e na família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artesanato. Cooperação. Maranhão.

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como parte integrante do projeto de pesquisa: *Trabalhadores artesãos na sociedade contemporânea: uma análise do trabalho e da produção artesanal a base de fibra de Buriti nas Cidades de Barreirinhas e Tutóia (Maranhão)*.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Cidade Universitária Paulo VI, São Luís – MA – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. lusereno@hotmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Cidade Universitária Paulo VI, São Luís – MA – Brasil. Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. paulo\_keller@hotmail.com.

## **Introdução**

No presente artigo discute-se a cooperação na economia do artesanato. Investigam-se as realidades sociais e econômicas do trabalho artesanal com enfoque nas relações sociais de produção e seu ambiente social; destaca-se a importância da organização de associações e cooperativas na economia do artesanato.

Conforme Singer (2002), a formação de cooperativas entre artesãs que têm o apoio dos programas de promoção à produção do artesanato se fundamenta na capacidade de promover a inclusão social por meio da geração de renda, uma alternativa de trabalho para pessoas de baixa renda e por sua capacidade de resgatar valores culturais e regionais.

Sennett (2012, p.15) define a questão da cooperação da seguinte forma: “[...] a cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam. Imediatamente identificável porque o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais; eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos.”

De acordo com Sennett (2012) a cooperação antecede a individualização, ela é o fundamento do desenvolvimento humano, na medida em que aprendemos como estar juntos antes de aprender como nos manter à parte. Não podemos nos desenvolver como indivíduos no isolamento, precisamos garantir a própria sobrevivência.

Na cidade de Barreirinhas-MA existe a Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP). A produção tem por base a fibra do buriti, uma fibra vegetal extraída de uma palmeira nativa muito presente na região, com a fibra são produzidas bolsas, chapéus, estojos, tapetes, caminhos de mesa. As artesãs que fazem parte da ATECOOP são mulheres que residem em povoados e na própria cidade de Barreirinhas. Essa produção artesanal é considerada como tradicional e cultural, passado de geração em geração, uma importante fonte de renda para população local. A produção artesanal em Barreirinhas se organiza de forma coletiva. Percebe-se o ato cooperado nas ações de solidariedade entre familiares, vizinhos das artesãs, bem como nas ações coletivas organizadas no âmbito das comunidades do município de Barreirinhas, objetivando, assim, a reprodução da unidade doméstica e a melhoria da qualidade de vida.

Nos dias atuais a produção artesanal de Barreirinhas-MA atende a um mercado diferenciado, a partir do reaparecimento do interesse e da valorização do objeto artesanal e natural. O produto artesanal é um produto diferenciado pela carga cultural e pela identidade que carrega, ou, em uma linguagem pre-

cisamente econômica, um produto com um valor agregado. Os programas de apoio governamentais voltados para o desenvolvimento do artesanato têm como objetivo evidenciar e valorizar sua base cultural, associando seu desenvolvimento à preservação. Assim, os programas de apoio voltado para agregação de valor aos produtos, ao aumento da geração de renda e à ampliação de mercado não podem ser baseadas em promoção do aumento de produtividade ou em adaptação dos produtos “ao gosto do mercado”, sob pena de se perder aquilo que os diferencia: o valor cultural que lhe é intrínseco.

O artesanato enfrenta diversos desafios em um ambiente competitivo, no mercado local e com outros mercados externos. Por um lado, está o discurso que indica a conservação do objeto nas condições em que foi elaborado por compreender que é testemunho de um passado a ser preservado. Comumente atrelado aos segmentos de baixa renda ou populares da sociedade, nesta condição, o objeto artesanal seria provido de uma estética perfeita que ressalta o gosto de seu produtor. Por outro lado, encontra-se um discurso que defende a adequação do artesanato aos ditos “tempos contemporâneos”, que prega a mudança de sua forma, o surgimento de um novo *design* “refinado”, como condição para ganhar o mercado. Essa abordagem é uma continuidade de diálogos destacada por antropólogos, arte-educadores e tantos outros profissionais.

Portanto, um (a) artesão (ã) associado (a) pode (ou não) compreender uma cooperativa exclusivamente na sua dimensão ou relevância econômica cooperar pode ser somente um meio para atender a fins materiais. Na investigação ficamos atentos para os diferentes interesses no ato cooperativo.

Em que medida o (a) trabalhador (a) associado (a) ou cooperado (a) persegue interesses ideais e/ou materiais quando participa da cooperativa? Com base nos estudos de Keller (2011) o trabalho de produção de artesanato à base de fibra de buriti no município é praticado predominantemente por mulheres. A maioria das artesãs locais produz em forma de núcleo familiar de produção que se configura como trabalho artesanal em domicílio. As artesãs cooperadas estão ligadas à cultura da agricultura familiar e produzem artesanato de valor tradicional e cultural, ou seja, que vem sendo produzido ao longo do tempo por comunidades tradicionais e que tem como marca distintiva seu enraizamento na cultura local.

Partimos de uma reflexão sociológica sobre a construção social do interesse na ação cooperada que estaria na base da organização em cooperativa. O trabalho traz reflexões sobre a ação cooperada (cooperação na produção familiar e na cooperativa) enquanto uma ação social econômica que se encontra na

organização cooperativa. Nossas questões de pesquisas são: Por que os atores decidem ingressar em uma cooperativa em vez de agir isoladamente? Quais as motivações e os obstáculos na cultura, na economia e no meio institucional e político para o desenvolvimento de uma ação social cooperada na forma de cooperativa? E, por fim, como se constrói socialmente na cultura, na economia e no meio político-institucional o interesse dos artesãos (a) que não são associados (as) em cooperativas?

A metodologia de trabalho adotada pela pesquisa é baseada no denominado “método de caso detalhado”, uma variação da metodologia de trabalho de campo empregada por muitos antropólogos e sociólogos e proposta por etnógrafos da Escola de Manchester nas décadas de 1950 e 1960 (TUNER, 2005). É um método de pesquisa que não dispensa a descrição detalhada do contexto em que se observa a ação social de modo a valorizar componentes situacionais que preconiza a dinâmica social e ilustram para os significados simbólicos resultando nas interações sociais. De outra forma, a construção do objeto de estudo envolve as contribuições da sociologia reflexiva de P. Bourdieu (1996).

Assim, a primeira etapa da pesquisa foi dedicada a reuniões formais entre a equipe de Pesquisadores referida ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade – GEPTS para nivelamento dos referências teóricos e metodológicos a serem utilizados.

A segunda etapa foi a de realização da pesquisa de campo propriamente dita com visitas e estadias previamente organizadas e acertadas na cidade de Barreirinhas-MA e povoados vizinhos para a realização da pesquisa.

A investigação tem caráter teórico-empírico. Utilizou-se estudo de caso com trabalho de campo-observação direta, metodologia de pesquisa qualitativa, revisão crítica da literatura e atividades de pesquisa documental (fotos e relatórios) e exploratória – pesquisa bibliográfica, e entrevistas semidirigidas realizadas nos povoados Marcelino, Cebola e Boa Vista no município de Barreirinhas-MA, totalizando 10 entrevistados (as). O trabalho de campo foi realizado junto ao grupo de artesãs associadas e não associadas na Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP) no período de 9 a 16 de janeiro de 2015 para elaboração do trabalho de conclusão de curso da graduação. Após realizarmos pesquisa bibliográfica decidimos então elaborar uma pesquisa basicamente através da observação direta, apoiadas por conversas informais, entrevista e registro fotográfico.

A investigação teórica empírica articula de forma combinada ferramentas analíticas dos subcampos da sociologia do trabalho e da sociologia econômica

que afirmam o caráter de construção do objeto de pesquisa, tendo em vista que a pesquisa científica requer sempre que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática de construções de explicações que, por mais densas que sejam sempre serão parciais e provisórias.

## **Revisão da literatura**

O estudo teórico foca conceitos do trabalho artesanal e cooperado nos subcampos da sociologia do trabalho e da sociologia econômica. Conceito de trabalho enquanto uma construção social, enfocando a ação social e econômica do ator social (artesão); a cooperativa enquanto organização social e econômica; e a especificidade da cooperativa de trabalho e de produção na realidade da economia do artesanato.

O trabalho é visto de forma geral como a transformação entre homem e natureza, e é nesse sentido que Marx (1975) diferencia o homem dos outros animais, no homem essa relação ocorre de forma própria. O homem é capaz de criar coisas em seu cérebro e concretizá-las utilizando elementos da natureza, criando coisas que não possuíam existência antes da ação humana, “[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil a vida humana.” (MARX, 1975, p.202). Marx afirma que o trabalho é nada mais do que a necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

A cooperação no trabalho existe em diferentes contextos sociais e históricos e constitui uma prática social, cultural e econômica. Há diversidades de práticas sociais de cooperação, e aqui enfocamos as práticas de cooperação na heterogênea realidade do artesanato. Temos como referência a perspectiva de Marx (1975) em que cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, nos processos de produção diferentes, mas há conexão.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. Ao cooperar com outros de acordo com um plano desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1975, p.378-379).

Marx enfatiza que a “produção capitalista” tem início de fato apenas quando “[...] um mesmo capitalista particular ocupa de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade.” (MARX, 1975, p.307). Marx faz distinção importante entre a cooperação no processo de trabalho no início da civilização humana e a cooperação capitalista.

A cooperação no processo de trabalho não capitalista se funda na posse comum dos meios de produção e no indivíduo isolado preso à tribo ou comunidade. Diferente da cooperação no processo de produção capitalista onde o assalariado vende sua força de trabalho e fica subordinado ao capital. (MARX, 1975, p.383).

Marx esclarece que quando o trabalhador coopera sistematicamente, ele fica livre dos grilhões da individualidade e pode vir a desenvolver as potencialidades.

A análise de Marx nos faz refletir sobre as formas coletivas de produção artesanal. Se, por um lado, o trabalho na cooperativa ARTECOOP de Barreirinhas não constitui trabalho assalariado, por estarem baseados nos princípios e valores do cooperativismo e associativismo, nessa lógica não gera mais-valia, por outro lado, há uma produção de mercadoria (objeto artesanal) que tem valor (mercantil, cultural e simbólico) e que atende a um mercado que funciona dentro de uma lógica econômica capitalista (KELLER, 2011).

O trabalho cooperado pode se orientar tanto por interesses materiais, puramente econômicos (individuais ou coletivos), quanto por interesses ideais e materiais. Nesse panorama, a cooperativa pode ser um meio, ou seja, mecanismo organizacional que pode perseguir os mais diversos fins, desde a busca do interesse econômico puro e simples inserido na economia de mercado até formas econômicas alternativas baseadas nos valores do cooperativismo e de solidariedade. Assim, refletimos sobre os interesses e motivações ideais e materiais presentes no ato cooperado.

A sociologia econômica de Weber (1982) pode ser utilizada para analisar fenômenos socioeconômicos (cooperativa) e, com isso, inserir a dimensão social em uma análise voltada para construção social dos interesses (sociais e econômicos).

Swedberg (2005) usa a abordagem da tipologia da ação social de Weber classificada em quatro tipos principais que são: tradicional, afetiva, racional com relação a valores e racional com relação a fins (instrumentalmente racional).

A ação social racional com relação a valores é tipicamente movida por interesses ideais, assim como a ação instrumentalmente racional é tipicamente movida pelos interesses materiais. Os outros dois tipos de ação social, afetiva e tradicional complementam que a ação social pode ser movida pelo hábito (tradição) e pelas emoções, assim como pelos interesses. (SWEDBERG, 2005, p.47).

Há tipos de ação social que serão de grande importância para análise da ação cooperada (e não cooperada) na economia do artesanato, a ação racional com relação a valores (a representação cultural e simbólica do artesanato), a ação racional com relação a fins (representação mercantil do artesanato), ação social tradicional e afetiva (baseadas em estados emocionais e sentimentos).<sup>4</sup>

Segundo Swedberg<sup>5</sup> (2005), Weber procura combinar uma análise da ação centrada nos interesses e outra que considere o comportamento social. A teoria econômica reflete situações em que o agente é movido principalmente pelos interesses materiais e tem o utilitarismo como objeto, mas não leva em conta o comportamento de outros atores (uma ação estritamente econômica). A sociologia ao refletir sobre a ação econômica considera tanto a ação movida pelos interesses ideais, quanto pelos interesses materiais, que também são orientadas pelo comportamento dos outros (ação social). A sociologia econômica enfoca a ação social econômica – isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social econômica também pode ser movida pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses.

De acordo com as ideias de Max Weber, toda sociedade compartilha um conjunto de valores e ideias, ou seja, um substrato cultural que transcende a condição social e fundamenta o comportamento econômico.

---

<sup>4</sup> Weber (1991) define a ação racional com relação a valores movidos por interesses ideais; “[...] o sentido de determinada ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade.” A ação racional com relação a fins (instrumentalmente racional), movida por interesses materiais, “[...] condições de “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, desse modo, o indivíduo não age de forma emocional nem afetiva, uma ação puramente calculista.” Weber compreende a ação tradicional como “[...] uma ação por costumes arraigados, encontra-se além daquilo que se pode chamar em geral, ação orientada “pelo sentido”, pois não passam de estábulos habituais, atitudes arraigadas.” E por fim a ação afetiva que está além daquilo que se orienta pelo sentido- está ligada ao estado emocional.

<sup>5</sup> Richard Swedberg em seu livro *Max Weber e a ideia de sociologia econômica* mostra como Weber construiu uma sólida base teórica para a sociologia econômica e como desenvolveu novos interessantes conceitos para analisar a economia.

Investigando a questão do interesse econômico não somente em Marx e Weber, mas também em Bourdieu (2008), este cria condições experimentais de um verdadeiro exame crítico da construção econômica, tais como a representação do agente e da ação, das preferências ou das necessidades. Para Bourdieu o “sujeito” das ações socioeconômicas, os agentes econômicos não atuam isoladamente, mas a partir do coletivo, grupo, família ou empresa tomando decisões econômicas, funcionando a maneira de um campo.

Bourdieu (1996) deixa claro que os agentes sociais não agem sem razão, ou seja, eles têm motivos para agir como agem. Nesse sentido, são “razoáveis”, a não confundir com “racionais”, o que significaria que são motivados por razões conscientes e que escolhem com base em um cálculo racional. Para entender o comportamento dos atores sociais, é preciso entender que eles atribuem importância, ou seja, interesse (*illusio*), a um jogo social, a seus objetivos estratégicos. Nesse ponto de vista, Bourdieu tenta definir o uso do conceito de interesse:

A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar. De fato, em um primeiro sentido, a palavra interesse teria precisamente o significado que atribuí à noção de *illusion*, isto é, dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele. Interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. (BOURDIEU, 1996, p.139).

Nesse sentido, dizer que os atores sociais são interessados significa que eles acreditam nas regras do jogo social.

Para Bourdieu (1996) a teoria das práticas propriamente econômicas é um caso particular de uma teoria geral da economia das práticas. Mesmo quando elas dão todas as aparências do desinteresse porque escapam à lógica do interesse “econômico” (no sentido restrito) e porque se orientam para alvos não materiais e dificilmente quantificáveis, como nas sociedades “pré-capitalistas” ou na esfera cultural das sociedades capitalistas, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica.

De fato, o processo de diferenciação e de autonomização das esferas sociais acarreta uma “[...] explosão da noção de interesse; há tantos tipos de ‘interesse’, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse

que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 1996, p.149).

## Trabalho artesanal e cooperado no Maranhão

Essas organizações formadas por grupos de trabalhadores por meio do desenvolvimento de uma racionalidade voltada para as demandas de mercado buscam soluções para o desemprego, adquirindo uma grande expressividade em âmbito nacional com significados e designações distintas como: economia do trabalho (CORAGGIO 2000), economia popular (GAIGER, 1998) e economia solidária (SINGER, 2002). Em geral, segundo Pagotto (2010), esta variedade de conceituações resume a ideia acerca da probabilidade de construção de uma “outra economia”, são cooperativas que se definem pela economia mercantil, embora se afirmem pela mutualidade da economia não mercantil.

Nesse contexto, as cooperativas populares e solidárias são estruturadas como uma alternativa ao enfrentamento do desemprego caracterizando assim, um novo setor econômico.

A economia solidária não é uma panacea. Ela é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! - Destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores. (SINGER, 2002, p.09).

Conforme analisa Singer (2002) quando dezenas de milhares de trabalhadores são expulsos do mercado pelas novas máquinas e pelas novas indústrias capitalistas, eles se organizam por conta própria, coletivamente, em empresas ou em cooperativas e, quando, mais uma vez, o mundo do trabalho é transformado pela ação do capital, os trabalhadores se articulam e se organizam em sindicatos, associações ou atuando informalmente. Nesse sentido, observa-se que uma das soluções para o desemprego seria conceder à massa dos excluídos socialmente condições favoráveis para serem reinseridos na economia por sua própria autonomia.

Um dos principais eixos articuladores das políticas governamentais voltadas para esse setor da economia é a organização desses trabalhadores e o estímulo para que atuem de forma associada e cooperada. Trabalhos pioneiros sobre o

artesanato na década de 1980 já apontavam a importância das associações e cooperativas na economia do artesanato e assim vencer o comerciante “atravessador”. Contudo, dados de pesquisa empírica apontam que uma parcela muito pequena dos artesãos(a) atua de forma associada ou cooperada na região (KELLER, 2011).

O artesanato cultural e tradicional produzido no município de Barreirinhas a partir da fibra do buriti<sup>6</sup> é único no Brasil e configura um importante traço cultural da população da região. A região tem passado por uma série de mudanças e presenciado um expressivo aumento no turismo. O artesanato do buriti é bastante apreciado pelos turistas que visitam a região e tem sido cada vez mais procurado também nos mercados externos.

A fibra extraída da folha da palmeira do buriti é conhecida como “linho” na região, sua obtenção pode ser realizada por membros de toda família. Mulheres e crianças geralmente coletam das palmeiras mais jovens, enquanto a coleta nas palmeiras altas é feita exclusivamente por homens. O extrativismo do buriti envolve práticas tradicionais de manejo baseadas em conhecimento minucioso dos ambientes singulares e das espécies associadas. Entretanto, a coleta da matéria-prima (insumo), se mal manejada, pode exercer uma grande pressão sobre os recursos e levar as palmeiras à morte. As artesãs precisam esperar um período de três meses para retirar novamente o olho da palmeira de buriti. A partir da coleta do “olho”, a atividade envolve uma série de etapas, que são realizadas quase exclusivamente pelas mulheres<sup>7</sup>. Os objetos que compõem o artesanato de palha e linho feito em Barreirinhas representam exemplos significativos e de grande importância nas manifestações culturais e artísticas. Os objetos confeccionados resumem-se em bolsas, tapetes, chapéus, toalhas de mesa, carteiras, entre outros acessórios.

---

<sup>6</sup> “O termo buriti é a designação das plantas dos gêneros *Mauritia*, *Mauritiella*, *Trithrinax* e *Astrocaryum*, da família das arecáceas (antigas palmáceas). Mais especificamente, o termo costuma se referir à *Mauritia flexuosa*, uma palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago e das regiões Central e Norte da América do Sul.” (BURITI, 2017).

<sup>7</sup> Os discursos, tanto o masculino como o feminino, permanecem caracterizando o trabalho delas “*como uma ajuda*”, porque as responsabilidades pelas atividades econômicas são sempre deles, tanto na decisão do que plantar, como na comercialização. A falácia da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho fica evidenciada nesta pesquisa, constatando-se um grande número de mulheres que se declaram trabalhadoras sem remuneração em atividades produtivas, e que estão também em atividades ditas não produtivas, no mundo doméstico, ou seja, não divididas, mas acumulando diversos tipos de tarefas e compromisso. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe a outras atividades principalmente na horta e no quintal. A divisão explicitada nesta pesquisa é uma amostra da persistência da imersão da sociedade rural em uma cultura patriarcal (RUA, 2000).

A ARTECOOP surgiu a partir do encontro de artesãs que se reuniam desde 2000 em diversas iniciativas promovidas por mediadores como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e por intermédio do Projeto Artesanato em Fibra de Buriti<sup>8</sup> que realizando reuniões com as artesãs dos povoados (Cebola, Boa Vista e Marcelino). Reuniões com o objetivo de melhorar o acabamento do produto e profissionalizar a atividade, realizando dinâmicas e cursos. Em sua formação inicial, a ARTECOOP contava com 98 mulheres que se uniram e formaram uma Associação de Artesã e, em 2006, transformou-se na ARTECOOP. A cooperativa tem apoio do Projeto Talentos do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>9</sup>. Por meio de apoios e parcerias de órgãos governamentais com a criação de políticas públicas e agências de fomento as artesãs têm obtido maior qualificação e acesso a novos mercados, além do mercado local.

A capacitação, a profissionalização, a formação de cooperativas, associações, a realização de eventos dirigidos e promovidos por órgãos como o SEBRAE e MDA tornam-se uma necessidade para que o artesanato possa competir com outros produtos no mercado.<sup>10</sup> O trabalho artesanal da ARTECOOP está em *folders* e outros materiais de divulgação. Os trabalhos das artesãs são expostos na internet para todo o mundo e através de pedidos *online* é possível adquirir produtos artesanais e conhecer o trabalho dessas artesãs, sem que haja obrigatoriamente a necessidade de que estas se locomovam para os grandes centros urbanos, como há alguns anos era frequente. Nessa perspectiva, o artesão(ã), antes anônimo, isolado em uma pequena localidade do interior, passa agora a interagir, mesmo que através de intermediários: “[...] as indústrias culturais, o turismo, as relações econômicas e políticas, o mercado nacional e transacional de bens simbólicos.” (CANCLINI, 2008, p.245).

<sup>8</sup> O Sebrae vê o artesanato como negócio, inclusão social, instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da identidade cultural. Tem o objetivo de multiplicar renda e ocupação em um setor maciçamente de pequenos empreendedores (SEBRAE, 2008).

<sup>9</sup> O Talento do Brasil desenvolvido pelo MDA promove e estimula a troca de conhecimentos, valorizando a identidade cultural, promovendo a geração de emprego e renda e agregando valor à produção de grupos de artesãos rurais. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/talentosdobrasil>>. Acesso em: 20 set. 2017.

<sup>10</sup> Os órgãos de apoio ao artesanato de Barreirinhas promovem oficinas com a inserção do designer que segundo SEBRAE (2008) os artesãos aprendem a desenvolver novos produtos, agregando o design como diferencial de mercado sem perder sua própria identidade. Aliar artesanato e *design* é uma maneira de estabelecer diálogo com o mercado consumidor, além de unir tradição e contemporaneidade. 7As artesãs da ARTECOOP comercializam seus produtos de duas formas: no varejo, em sua própria loja (alugada) para consumidores que são turistas de diversas regiões que afluem para a região dos lençóis, ou, no atacado, por encomenda que atualmente é realizada por meio da Cooperativa Nacional Marca Única – COOPERUNICA.

A partir da capacitação e organização da cooperativa, as artesãs associadas começaram a ter acesso a feiras de comercialização de artesanato em outros estados. Para atingir os objetivos de revitalizar o artesanato tradicional e gerar renda, o programa do Sebrae adotou primeiramente estratégias como a promoção do diálogo entre as próprias artesãs, isso significa incentivar a organização do grupo, a formação de associações e cooperativas, promover o trabalho coletivo, e a realização de oficinas com mestres para o repasse do saber. Ao implementar essas ações contribuiu para aumentar a autoestima de mulheres que se tornam protagonistas do desenvolvimento local. Percebe-se o interesse em cooperar na fala da artesã:

Entrevistada 1: *É, assim, eu vejo que cooperativa é o melhor ramo que tem para artesão, ou seja, trabalhador rurais, porque tem um dizer que: uma andorinha só não faz um verão, e quando a gente se junta em cooperativa é um cooperando com outro, é um ajudando o outro, então isso aí fortalece muito. Pra mim a melhor coisa que eu já participei foi de uma cooperativa.* Marinalva Oliveira, Entrevista 1 [jan. 2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(30min).

A cooperativa é, então, um meio para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca. Contando com o apoio de redes primárias e comunitárias de convivência (familiares e vizinhos).

Esquemáticamente, o SEBRAE (2008) um quadro (abaixo) que representa as relações da cooperativa e dos atores individuais:

**Figura 1** – Relações da cooperativa com mercado e indivíduos



Fonte: Sebrae (2008).

Contudo, a prática da ação cooperativa enfrenta obstáculos, na visão de muitas artesãs apresenta situações particulares como problemas internos de gestão da cooperativa e de condições de trabalho. Alguns dos exemplos desses problemas é demora do pagamento dos produtos vendidos, a falta de espaço (oficina) de produção coletiva para as artesãs se reunirem e trabalharem de forma cooperada<sup>11</sup> e vendessem seus produtos informalmente, ou seja, diretamente para o comerciante atravessador.

A pesquisa aponta que a grande maioria das artesãs na região atua de forma não associada em cooperativa, ou associação devido a diversos fatores, principalmente pelas condições socioeconômicas precárias. As condições sociais precárias trazem a necessidade em vender com urgência seus produtos a fim de obter pagamento imediato deparando-se com a figura do comerciante “atravessador”, mesmo que o produto seja desvalorizado, ou seja, sendo vendido abaixo do preço de custo (custo do trabalho e da matéria-prima) em uma forma de comércio injusto. Segundo Keller (2011), os comerciantes ‘atravessadores’ tiram vantagens da situação social das artesãs locais. A maioria delas não tem conhecimento do real valor de seu trabalho e de seu produto e vivem em condições sociais e econômicas difíceis.

Os comerciantes atravessadores (intermediário) saem da capital e viajam pelos povoados comprando a produção diretamente nas casas das artesãs por um valor mínimo, para posterior revenda em São Luís-MA, obtendo, assim, maior lucro. A situação socioeconômica precária acaba limitando o potencial real de geração e distribuição de renda da atividade, desestimulando a prática coletiva de trabalho. Uma das artesãs associada na ARTECOOP e moradora do povoado Marcelino em entrevista nos fala da questão do comerciante atravessador e sobre a sua consciência do trabalho cooperado:

*Entrevistada 2: Hoje eu já trabalho com a fibra do buriti mais diferenciado, em 2001 o SEBRAE apareceu aqui em Barreirinhas, depois que o SEBRAE apareceu aqui em Barreirinhas, teve as oficinas, e aí nós juntamos, vimos que só as pessoas trabalhar individual, nas suas casas, não tava rendendo lucro, porque cada qual fazendo sua peça de produto vendia muito pra atravessador, atravessador comprava da gente, humilhava as artesãs, aí eu vi que aquilo ali não tava sendo certo pra gente. Pra eles tava sendo, porque eles ganhavam o dinheiro deles e agente ganhava quase nada, trabalhava muito, se sacrificava*

<sup>11</sup> Somente no Povoado Marcelino há uma pequena oficina de propriedade das artesãs. No meio Rural (povoados) e nos bairros de Barreirinhas, o espaço de trabalho da maioria das artesãs é a pequena sala, à frente ou o fundo (quintal) de sua própria casa.

*muito e a gente não tava ganhando quase nada, o produto era muito barato, muito barato mesmo.* Neide Silva, Entrevista 2 [jan. 2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(40min).

Percebe-se nas entrevistas realizadas que as artesãs associadas estão ligadas ao artesanato não somente pelo valor da cooperação, no sentido econômico, mas também simbólico expresso na forma de gostar do trabalho que realizam.

A preocupação com a qualidade e acabamento das peças produzidas, o orgulho sobre o trabalho é percebido, esse gostar das peças está ligado à herança cultural, um saber que é passado de geração a geração. Os valores estão intrínsecos nas relações de trabalho.

Nos relatos identificamos um discurso baseado em valores emocionais, simbólicos, culturais, percebemos também uma produção artesanal baseada na economia doméstica:

Entrevistador: *Você começou como artesã desde que idade?*

Entrevistada 3: *Eu comecei... Eu sempre vi a minha mãe trabalhar, que a minha mãe ela fazia rede, fazia peneira, tapeti. Então, eu vi ela fazer. Só que nesse período, eu era a primeira filha, ela tinha os pequenos, trabalhava pra aumentar a renda da família pra ajudar, eu passava mais a cuidar as crianças, mas sempre eu ajudava, na questão de pôr a rede no tear, ela precisava de uma pessoa pra pegar o linho e ir puxando, ela fazia um banquinho de buriti, que a gente tem. Ai eu pegava o banquinho de buriti, botava em riba, que é de tear, ele é grande, e ali eu ia passando a perna do linho para ela ir juntando pra formar a rede e quando ela ia apartá-la que é pra tirar do talo, rapá, eu ficava, ajudando ela, separando, porque tinha que ter as talas próprias, por que tem umas que não servia, por isso ela me mandava eu preparar. Mas eu achava bom demais quando eu ajudava ela a fazer o artesanato.* Maria Ferreira. Entrevista 3 [jan;2014]. Entrevistadora: Luciany Fusco Sereno. Barreirinhas-MA. 1 arquivo. Mp3(48min).

Destacam-se neste relato os valores, os interesses ideais da cooperação e a importância dos saberes tradicionais específicos dos quais as artesãs são portadoras. O processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido informalmente. Ele acontece ao longo dos anos, devido à convivência familiar, não existe propriamente a intenção de ensinar ou aprender alguma coisa, isto ocorre com naturalidade.

Weber (1991) enfatiza que mesmo nos casos em que o comportamento é determinado conscientemente por pontos de vista completamente diferentes dos econômicos, é economicamente relevante. Na medida em que suas condutas e o seu caráter são denominados por motivos econômicos, também em outras relações que não se direcionam para o lado econômico, é economicamente condicionado.

Em nossa investigação social do trabalho e da produção artesanal percebemos práticas de cooperação no núcleo familiar e nas relações de vizinhança. Existem práticas cooperativas na produção artesanal que ocorrem predominantemente no ambiente doméstico (sistema de produção domiciliar), entre as artesãs e seus familiares (marido e filha principalmente), assim como no ambiente comunitário e de vizinhança (pequena oficina coletiva), entre as artesãs de povoado. Os familiares não cooperam somente na confecção do artesanato, cooperam também na comercialização, os filhos ajudam as mães artesãs a divulgar e vender o produto entre os turistas da região. As artesãs da ARTECOOP estão enraizadas nestas redes sociais de produção locais e cooperam nos diversos momentos da produção.

Embora as artesãs de Barreirinhas tenham uma tradição quanto a prática do artesanato destinada à comercialização-mercado (valor de troca) e ao consumo próprio (valor de uso), cabe tão somente as mulheres o principal papel no processo artesanal hoje desenvolvido no Município. A contribuição masculina se restringe apenas a eventuais ajuda a estas, ou na extração da matéria-prima.

Podemos entender esta relação a partir do conceito de Weber (1991) sobre relação social em que ele denomina “relação comunitária” – quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo, e denomina-se “relação associativa” quando a atitude na ação social repousa num agente ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa é a troca estritamente racional referente a fins e livremente pactuada, no mercado. União livremente pactuada e puramente orientada por fins, orientada por objetivos (econômico e outros) dos participantes.

A relação comunitária apoia-se em todas as espécies de fundamentos afetivos emocionais ou tradicionais. A grande maioria das relações sociais, porém tem caráter, em parte, comunitário, e parte associativos. Por mais racional que seja pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado.

Por se tratar de uma região que envolve praia, dunas, bem como manguezais há dificuldade de se encontrar terrenos apropriados para prática da agricultura e faz com que as mulheres se empenhem profundamente no trabalho artesanal, encontrando na prática do artesanato, uma forma a mais de contribuição para o sustento de suas famílias intercalando, dessa forma, a atividade agrícola e atividade artesanal. Podem não só ajudar na economia familiar, como também contribuir com uma participação ativa no processo cultural da região. Podemos constatar esta afirmação nos estudos de Canclini: “[...] os estudos sobre artesanato mostram um crescimento do número de artesãos, do volume da produção e de seu quantitativo [...]” (CANCLINI, 2008, p.215). Segundo o autor, isso se deve ao fato da existência de “[...] deficiências da exploração agrária e o empobrecimento relativo dos produtos do campo que impulsionam muitos povos a procurar na venda de artesanato o aumento da renda [...]” (CANCLINI, 2008, p.215), bem como o desemprego que faz com que “[...] jovens procedentes de setores socioeconômicos que nunca trabalharam com artesanato, possam fazer deste seu principal meio de sobrevivência.” (CANCLINI, 2008, p.216).

Os programas de apoio oferecem suporte às artesãs nos diferentes momentos da cadeia de valor do artesanato. Há apoio na produção, divulgação do produto, realização de oficinas para aperfeiçoar o artesanato, mas ainda não são suficientes, no ato de produção as condições ainda são precárias. Faltam equipamentos para o beneficiamento da fibra de buriti, acabamento do trabalho, adequação do espaço de trabalho.

As artesãs associadas têm por objetivo conseguir melhores condições de produção e um comércio justo<sup>12</sup> para o produto artesanal. Segundo o SEBRAE (2005) as artesãs lutam por uma estabilidade econômica e social, lutam para ter acesso a um mercado mais justo e que reconheçam a qualidade do produto e o mais importante, agregando valor social ao artesanato.

A produção artesanal de tradição cultural e de expressão coletiva e individual ainda é pouco reconhecida. O artesanato local é um setor que tem potencial de gerar desenvolvimento econômico e social para as comunidades produtoras. Em estudo de campo nota-se uma situação ainda marcada pela informalidade e precarização das relações e condições de trabalho das trabalhadoras. Assim, no caso específico da economia do artesanato a cooperativa surge como uma forma

---

<sup>12</sup> A busca por um comércio justo segundo documento do SEBRAE (2005, p.09) “[...] propõe a ser alternativa concreta ao atual sistema de comércio global, em que o pequeno produtor fica à mercê do poder econômico que domina as regras do “livre mercado” e não há preocupação com as condições de vida de seus fornecedores. Além do pagamento justo e estável pelo produto, o Comércio Justo tem como objetivo o desenvolvimento sustentável da comunidade de produtores, tanto no aspecto socioeconômico, quanto no que diz respeito ao meio ambiente.”

de organização social. Keller em seu artigo “Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios” destacou os desafios que as artesãs associadas e cooperadas enfrentam:

As trabalhadoras artesãs cooperadas imersas em redes de produção locais em condições de informalidade e precariedade enfrentam diversos desafios: vencer os comerciantes atravessadores que dominam esta economia; realizar a gestão financeira e comercial da cooperativa ou associação; superar as dificuldades na obtenção da matéria prima, promovendo a preservação dos bunitais; enfrentar as dificuldades financeiras devido às oscilações do mercado; garantir seu reconhecimento e valorização profissional; e, sobretudo, garantir melhores condições de vida e de trabalho. As artesãs associadas ainda representam um grupo quantitativamente muito pequeno em relação ao universo das artesãs desta região. (KELLER, 2011, p.37).

Diante disso, o trabalho em cooperativa se constitui enquanto uma atividade que gera um produto de valor social, cultural, ambiental e econômica que circula ao longo da cadeia de valor do artesanato. Não se pode fazer simplesmente um cálculo de custo e benefício, pois o trabalho cooperado se trata de um ato amplamente simbólico que faz intervir outros valores além da pura maximização de uma utilidade econômica. Portanto, podemos refletir, dessa forma, os tipos de ação social em Weber (1991) sendo estes afetivos, tradicional, ação com relação a valores e ação racional com relação a fins que articulam a dimensão econômica com a dimensão social.

Durante a pesquisa, observou-se como as artesãs atribuíam o valor ao seu produto, em cada grupo havia uma forma diferente quando se trata do valor econômico, as artesãs cooperadas seguem um valor que é atribuído com a ajuda do SEBRAE seguindo uma ficha técnica tendo como base o cálculo do tempo gasto no trabalho e o valor da matéria-prima entre outros insumos, e as artesãs que trabalham de forma não cooperada em cooperativa atribuem outro valor ao artesanato, estas artesãs mostram não ter consciência sobre a valorização do produto, vendem seus produtos por um valor não condizente com o tempo de trabalho gasto para executá-lo, as artesãs não associadas atribuem um valor que lhes parece suficiente, estas não seguem uma ficha técnica com cálculo do custo exato da produção.

Uma bolsa produzida pelas artesãs que fazem parte da ARTECOOP pode alcançar valores superiores a R\$200,00 ou R\$300,00 nos grandes centros urbanos e no mercado da moda. Na loja da ARTECOOP em Barreirinhas, uma

bolsa, por exemplo, custa R\$ 80,00 a R\$ 100,00 e uma bolsa do mesmo design da ARTECOOP produzida pelas artesãs não cooperadas pode ser vendida para os atravessadores pelo valor de R\$30,00. Percebe-se que as artesãs cooperadas da enfrentam uma competição no mercado local e o produto artesanal que circula ao longo da cadeia e chega ao mercado de moda nos grandes centros urbanos adquire maior valor.

A procura por produtos artesanais em Barreirinhas tem aumentado significativamente, estando relacionada principalmente com dois aspectos: o aumento da demanda por artesanato na região pelo turismo cultural e natural-ecológico e o aumento do interesse por este tipo de produto nos grandes centros urbanos. O artesanato da fibra do buriti é uma atividade singular e com alto potencial para contribuir com o bom desenvolvimento regional, por conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos entre outros. Entretanto, a pesquisa revela ainda uma situação de informalidade da atividade e de exploração das artesãs por um comércio injusto e desigual.

## **Considerações finais**

Com base nas entrevistas e observações, concluímos que a grande maioria das artesãs atua de forma não associada em cooperativa ou associação devido as suas condições culturais (falta incentivos para estimular a cultura da cooperação) e socioeconômicas precárias, mas não deixam de cooperar na comunidade com outras artesãs e na família, isso faz parte da cultura local. A cooperação existe em diferentes contextos.

As condições precárias de vida fazem muitas artesãs comercializarem seus produtos informalmente e de forma não cooperada com comerciantes locais ou de fora, conhecidos como intermediários ou 'atravessadores'. Estes adquirem os produtos artesanais fornecidos pelas artesãs por preços subavaliados (comércio injusto), uma prática totalmente desfavorável. Tal sistema ainda necessita de políticas mais eficazes voltadas para o setor, maiores incentivos e orientações por parte de pessoas ou entidades governamentais.

A pesquisa apontou que há interesses materiais em atuar na cooperativa como a possibilidade de divulgação do produto em outros mercados, a valorização do produto com a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a facilidade para ter acesso a financiamentos e outros apoios institucionais. As artesãs não associadas em cooperativa não recebe apoio financeiro e qualificação como uma artesã associada, e são as principais vítimas do comerciante atravessador.

Os interesses ideais estão marcados pelo valor simbólico, valor cultural. É por meio desses símbolos que elas se mantêm unidas e se reconhecem como um grupo com objetivos comuns. Dessa forma, o trabalho artesanal de Barreirinhas apresenta um caráter marcadamente dual, ao mesmo tempo em que apresenta valor simbólico e cultural, tem também valor econômico, ou seja, apresentam duplo valor: cultural e mercantil:

Esse universo relativamente autônomo [...] dá lugar a uma economia às avessas, fundada, em sua lógica específica, na natureza mesma dos bens simbólicos, realidades de dupla face, mercadorias e significações – cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes. (BOURDIEU, 1996, p.162).

Segundo Lima (2011) o artesanato não é mera mercadoria, há uma cultura embutida. Trata-se de um produto diferenciado por ter tanto a dimensão econômica quanto a dimensão cultural. É um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou região.

Portanto, o caso da ATECOOP suscita questões pertinentes a duas lógicas da cooperativa apresentados pelo sociólogo Jacob Carlos Lima (2004), quais sejam: a “lógica da solidariedade”, em que a cooperação surge não apenas como um meio para atingir fins econômicos, mas sim perseguindo valores e interesses ideais como cooperativismo e solidariedade; e a “lógica de mercado”, em que a cooperação é vista de forma instrumental como meio para atingir fins materiais ou fins econômicos e financeiros de forma competitiva.

Baseado em dados de Keller (2011) concluímos que o crescimento do número dos trabalhadores que tem no artesanato sua principal fonte de renda (economia substantiva) é atribuído ao crescimento do desemprego tanto no ambiente urbano como no rural. Nesse sentido, pode-se dizer que o artesanato é uma alternativa de sobrevivência para o enfrentamento das consequências das transformações no trabalho em âmbito geral, as quais vêm promovendo desemprego e precarização nas relações de trabalho. Dessa forma, as artesãs aproveitam a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo do tempo e, com isso, garantem uma renda mensal (muitas vezes inferior ao salário mínimo vigente) e ao mesmo tempo reproduzem a cultura, a tradição e os costumes regionais.

A grande maioria das artesãs de Barreirinhas que vivem em área rural são de baixa renda, tendo em mãos apenas instrumentos rudimentares e morando nos lugares mais distantes e de difícil acesso, conseguem uma participação ativa no processo socioeconômico e cultural do município. As artesãs associadas na

ARTECOOP ainda representam um grupo quantitativamente muito pequeno em relação ao universo das artesãs nesta região. As experiências das artesãs associadas e cooperadas imersas dentro do amplo universo da economia do artesanato significam mudanças e possibilidades para estas trabalhadoras vencerem o domínio do comerciante “atravessador” e praticar o comércio justo.

Para nossa pesquisa concluímos que quando uma artesã está sozinha, ele tem muito mais dificuldade de produzir e principalmente de comercializar seus produtos, especificamente para aquelas artesãs que não tem escala suficiente para vender o produto por um valor digno, ficando a mercê do comerciante atravessador que paga pouco. Ao se unir em cooperativa, as artesãs têm mais potencial de conseguir romper com os intermediários valorizando seu trabalho e o seu produto.

### **ARTISANS AND COOPERATIVE: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INTEREST IN COOPERATIVE ACTION IN THE CRAFT ECONOMY IN MARANHÃO**

**ABSTRACT:** *The paper presents a sociological analysis of the social construction of the artisans' interest in participating in associations and / or cooperatives, and the purpose is to analyze the reasons for the non – participation of artisans in these organizations. The main obstacles that the cooperative action faces in the craft economy are also investigated. The work brings reflections on cooperative action (cooperation in family production, in the community and in the cooperative) as an economic social action that is at the base of the cooperative organization. The case study was carried out in the city of Barreirinhas-MA together with groups of artisans associated and not associated in the Lençóis Maranhense Artisan Cooperative (ARTECOOP). Research shows that the vast majority of artisans do not participate in the cooperative due to several reasons. It was observed that cooperation exists predominantly between artisan and family members and within communities with other artisans.*

**KEYWORDS:** *Handicrafts. Cooperation. Maranhão.*

### **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v.4, n.6, p.15-57, 2008.

BOURDIEIU, P. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEIU, P. **Razão prática**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. p.105-118.

BURITI. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Buriti>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a utopia e a realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.02-19.

GAIGER, L. I. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, v.13, n.50, p.47-71, 1998.

KELLER, P. F. Trabalho artesanal e cooperado: realidades, mudanças e desafios. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.14, n.1, p.29-40, jan./jun. 2011.

LIMA, R. G. Entrevista: artesanato em debate. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v.8, n.15, p.187-210, jan./jun. 2011.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.56, p.45-62, out. 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PAGOTTO, C. **Produção associada na era da precarização estrutural**: uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RUA, M. G. A. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SEBRAE. **Artesanato**: um negócio genuinamente brasileiro. Brasília, 2008.

SEBRAE. **Termo de referência para o comércio justo**. Brasília, 2005.

SENNETT, R. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1991.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Amélia Conh e Gabriel Conh. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.

TURNER, V. **Floresta de símbolos**. Niterói: EDUFF, 2005.

Recebido em 20 de agosto de 2017

Aprovado em 08 outubro de 2017